

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao que dispõe o inciso XXIII, Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. Os elementos que compõem o presente Termo de Referência, contemplam os requisitos estabelecidos no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 81 de 25 de novembro de 2022.

1.3. Visa ainda, garantir aos interessados, a clareza necessária à compreensão do objeto a ser contratado. No mesmo sentido, subsidiar com elementos suficientes à formulação e julgamento objetivo das propostas.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada em cenografia e decoração temática** para prestação de serviços de concepção, produção, fornecimento, transporte, montagem, manutenção operacional, desmontagem e retirada de ambientação cenográfica junina em espaços públicos do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, durante o período dos festejos juninos, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste documento e em seus anexos.

2.2. A ambientação cenográfica compreenderá, de forma integrada, a instalação de pórtico de entrada temático, casas cenográficas, painel cenográfico tipo sanfona gigante, luminárias cenográficas, bonecos temáticos, poço cenográfico, banco do namoro, oratório cenográfico, fogueira cenográfica iluminada, cordões de iluminação, bandeirolas, fachada cenográfica de igreja, escultura luminosa de casal junino, casa-palco cenográfica e ambientação complementar, conforme itens descritos na planilha de referência anexa.

2.3. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança aplicáveis a estruturas temporárias e instalações elétricas, bem como as diretrizes de sustentabilidade e de proteção ao patrimônio público e ao meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

2.4. O objeto descrito neste instrumento, é de natureza comum, em conformidade com a conceituação dada no inc. XIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. A contratação abrange a execução dos seguintes itens de ambientação cenográfica junina, incluindo, para cada um, concepção (quando aplicável), produção, fornecimento de materiais, transporte, montagem, fixação, manutenção durante o evento e posterior desmontagem e retirada:

2.5.1. Item 1 – Pórtico de entrada temático junino “Vila São João”

2.5.1.1. Estrutura cenográfica de pórtico de entrada, confeccionada em estrutura metálica e/ou madeira reforçada, revestida com chapas, compensado, MDF ou material equivalente, contendo duas laterais simulando fachadas de casas nordestinas medindo aproximadamente 3,00 m de altura por 1,20 m de largura cada, arco superior medindo aproximadamente 5,60 m de largura total, acabamento artístico com pintura temática junina, aplicação de letreiro “Vila São



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

João”, incluindo transporte, montagem, fixação segura ao solo e desmontagem, pronta para uso em área externa.

2.5.2. Item 2 – Casas cenográficas para vila junina

2.5.2.1. Casas cenográficas decorativas para composição de vila junina, medindo aproximadamente 2,20 m de largura por 3,00 m de altura, confeccionadas em estrutura rígida (madeira, MDF ou equivalente), com pintura artística temática, acabamento colorido e elementos decorativos característicos de festas juninas (janelas, portas, telhados cenográficos, bandeirolas, detalhes rústicos), incluindo montagem e desmontagem em área externa, de forma a permitir circulação segura do público.

2.5.3. Item 3 – Painel cenográfico tridimensional tipo sanfona gigante

2.5.3.1. Painel cenográfico tridimensional reproduzindo instrumento musical sanfona, estruturado conforme croqui técnico, com dimensões aproximadas de 5,60 m a 6,00 m de largura, altura variando entre 2,20 m e 4,00 m, e profundidade lateral de até 2,50 m, confeccionado em estrutura autoportante (madeira/metal e painéis), com pintura artística temática, efeito tridimensional e acabamento reforçado para uso externo, incluindo montagem, fixação e desmontagem.

2.5.4. Item 4 – Luminárias cenográficas temáticas de chão

2.5.4.1. Luminárias cenográficas temáticas juninas de chão, cada uma medindo entre 2,00 m e 2,50 m de altura total, base de aproximadamente 0,60 m de largura e cúpula com até 1,85 m de diâmetro, com estrutura inferior retangular e cúpula cenográfica, contendo sistema de iluminação interna em LED (para uso externo), fiação devidamente protegida, acabamento decorativo e montagem em pontos definidos pela Administração, incluindo instalação elétrica, fixação, testes de funcionamento, manutenção durante o evento e desmontagem.

2.5.5. Item 5 – Bonecos cenográficos temáticos juninos

2.5.5.1. Bonecos cenográficos representando personagens típicos juninos (ex.: casal matuto, sanfoneiro), medindo aproximadamente 1,95 m de altura por 1,39 m de largura, confeccionados em estrutura rígida (metal/madeira e revestimento), com pintura artística, vestuário temático e acabamento resistente para exposição em área externa, incluindo montagem, fixação em base estável e desmontagem.

2.5.6. Item 6 – Poço cenográfico decorativo

2.5.6.1. Poço cenográfico temático, medindo aproximadamente 2,00 m de altura, confeccionado em estrutura rígida (madeira, MDF ou equivalente), com elementos que remetam a poço rústico (base circular/quadrada, “pedras” cenográficas, cobertura opcional), acabamento artístico e pintura temática junina, incluindo transporte, montagem em área definida, fixação e desmontagem.

2.5.7. Item 7 – Banco do namoro cenográfico



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

2.5.7.1. Banco cenográfico temático “banco do namoro”, medindo aproximadamente 2,60 m de largura por 2,50 m de altura, contendo assento cenográfico robusto para interação do público e estrutura de fundo/arco decorado com elementos juninos (corações, bandeirolas, flores, etc.), confeccionado em estrutura rígida com acabamento artístico, incluindo montagem, fixação segura e desmontagem.

2.5.8. Item 8 – Oratório cenográfico temático com três santos

2.5.8.1. Oratório cenográfico temático com nichos para três santos, medindo aproximadamente 5,60 m de largura por 2,20 m de altura, confeccionado em estrutura rígida autoportante, com nichos decorativos, molduras, elementos religiosos típicos e pintura artística, podendo incluir iluminação pontual em LED para destaque das imagens, incluindo montagem, fixação e desmontagem.

2.5.9. Item 9 – Fogueira cenográfica iluminada com efeito de chama

2.5.9.1. Fogueira cenográfica de grandes dimensões, medindo aproximadamente 4,00 m de altura por 2,00 m de largura, construída em estrutura rígida com elementos cenográficos que simulem troncos e chamas, dotada de sistema interno de iluminação em LED ou similar que produza efeito visual de fogo, com equipamentos adequadamente protegidos e fixação segura ao solo, incluindo montagem, teste de funcionamento, manutenção durante o evento e desmontagem.

2.5.10. Item 10 – Cordão de iluminação decorativa junina

2.5.10.1. Cordão de iluminação decorativa para ambientação junina, composto por aproximadamente 120 lâmpadas de LED ou pontos de luz equivalentes, para instalação aérea ou perimetral, com cabeamento adequado, fixação em cabos, postes ou estruturas indicadas pela Administração, incluindo fornecimento de todos os materiais (lâmpadas, cabos, suportes, conectores), instalação completa, testes, manutenção durante o evento e desmontagem.

2.5.11. Item 11 – Bandeirolas decorativas juninas

2.5.11.1. Bandeirolas decorativas para ornamentação aérea de ruas, praças e áreas do evento, confeccionadas em material resistente para uso externo (ex.: tecido ou lona leve), em cores e padrões próprios de festas juninas, fornecidas com cordas/cabos para fixação, incluindo fornecimento, instalação em pontos definidos pela Administração, tensionamento adequado, manutenção e retirada ao final do evento. Quantitativo em m² ou conjuntos conforme dimensionamento de área.

2.5.12. Item 12 – Ambientação cenográfica complementar da Vila Junina

2.5.12.1. Serviço de ambientação cenográfica complementar, compreendendo a instalação de elementos decorativos menores (barris, balaios, placas, tapumes, fardos cenográficos, tapetes, detalhes de acabamento, revestimentos, pintura



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

artística em estruturas existentes), integração visual entre os cenários instalados e adequação estética dos espaços da “Vila Junina”, de modo a conferir unidade temática ao conjunto, incluindo materiais, mão de obra e todos os meios necessários.

2.5.13. Item 13 – Fachada cenográfica simulando Igreja Matriz

2.5.13.1. Fachada cenográfica simulando Igreja Matriz, confeccionada em estrutura rígida (madeira, MDF ou equivalente) com base autoportante, contendo torre central, porta com arco em relevo, janelas circulares e/ou retangulares e telhado cenográfico, com acabamento em pintura artística (padrão branco e azul ou equivalente) e delineamento de bordas, podendo incluir iluminação cênica frontal ou embutida para destaque noturno, incluindo transporte, montagem, fixação segura e desmontagem.

2.5.14. Item 14 – Escultura cenográfica luminosa de casal junino dançando

2.5.14.1. Escultura cenográfica luminosa representando casal de personagens juninos dançando, confeccionada em estrutura metálica aramada modelada, integralmente contornada e preenchida com mangueiras e/ou fitas de LED de alta luminosidade em cores variadas (por exemplo, branco, vermelho, azul e amarelo), adequadas para uso externo (proteção IP65 ou superior), incluindo suportes de fixação no solo, cabeamento elétrico, conexões, montagem, testes, manutenção durante o evento e desmontagem.

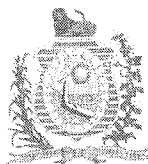
2.5.15. Item 15 – Casa-palco cenográfica

2.5.15.1. Casa-palco cenográfica estruturada com dimensões aproximadas de 4,00 m de largura por 4,00 m de profundidade, altura lateral de 2,50 m e pé-direito central de 3,00 m, com estrutura de suporte reforçada, revestimento externo integral em tecido com padronagem temática junina (chita ou similar) ou material equivalente, podendo conter detalhes cenográficos adicionais (janelas, varandas, telhado cenográfico), destinada a servir de cenário para apresentações culturais/fotografias, incluindo montagem, fixação, adequação de acessos e desmontagem.

2.6. Todos os itens acima descritos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, obedecendo às normas técnicas e de segurança aplicáveis, às condições deste Termo de Referência e às orientações da fiscalização da Administração, sendo de responsabilidade integral da contratada a integridade das estruturas, a estética da ambientação e a segurança das instalações.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de proporcionar ambientação cenográfica adequada aos festejos juninos oficiais do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, manifestação cultural de grande relevância no calendário local, que contribui



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

para a valorização das tradições nordestinas, o fortalecimento da identidade comunitária e o fomento ao turismo e à economia criativa.

3.2. A Administração não dispõe de equipe técnica, oficinas, materiais, ferramental e estruturas próprias capazes de conceber, produzir, montar, manter e desmontar cenografia temática de porte e complexidade compatíveis com o evento, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada para assegurar qualidade estética, segurança das estruturas temporárias e cumprimento dos prazos.

3.3. A contratação decorre de planejamento prévio, materializado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborados em conformidade com o art. 11 e o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, os quais demonstram a necessidade da solução, a análise de alternativas, a estimativa de quantidades, o levantamento de mercado e a estimativa do valor da contratação, bem como os resultados pretendidos e as providências prévias a cargo da Administração.

3.4. Sob o aspecto legal, a contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- a) art. 6º, que define o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência como instrumentos essenciais ao planejamento;
- b) art. 11, que estabelece o planejamento como fase preliminar obrigatória; e
- c) art. 18, que indica o conteúdo mínimo do ETP, utilizado como base para este Termo de Referência.

3.5. A solução escolhida – contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ambientação cenográfica junina, com fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas – mostra-se a mais vantajosa para a Administração, por assegurar:

- a) unidade temática e padronização visual dos espaços;
- b) eficiência e economicidade, considerando a pesquisa de preços realizada em Banco de Preços e em contratações similares; e
- c) redução de riscos técnicos decorrentes de tentativas de execução direta ou de excessiva fragmentação do objeto.

3.6. Dessa forma, a contratação ora proposta atende ao interesse público, aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo medida adequada e necessária para garantir a realização dos festejos juninos de Santa Cruz da Baixa Verde/PE em padrões compatíveis com sua importância cultural e social.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução adotada consiste na **contratação integrada de empresa especializada em cenografia e decoração temática junina** para concepção, produção, fornecimento, transporte, montagem, manutenção operacional, desmontagem e retirada completa da ambientação cenográfica dos festejos juninos de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, em



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

regime de empreitada por preço unitário/global, conforme itens e especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

4.2. A ambientação será estruturada como um **conjunto cenográfico único e harmônico**, composto por pórtico de entrada, vila de casas cenográficas, painel cenográfico tipo sanfona gigante, luminárias de chão, bonecos temáticos, poço cenográfico, banco do namoro, oratório cenográfico, fogueira cenográfica iluminada, fachada cenográfica de igreja, escultura luminosa de casal junino, casa-palco cenográfica, cordões de iluminação e bandeirolas, além da ambientação complementar necessária para integrar visualmente todos esses elementos nos espaços públicos definidos pela Administração.

4.3. A solução compreende **tudo o ciclo de vida do objeto**, desde o planejamento técnico da cenografia (dimensionamento, layout e definição de pontos de instalação) até a desmontagem e retirada das estruturas.

4.4. Toda a execução será de responsabilidade integral da contratada, que deverá fornecer **mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, insumos, estruturas, sistemas de iluminação e demais recursos** necessários para a perfeita implementação da ambientação junina, sem ônus adicional de logística ou infraestrutura básica para o Município, ressalvados os pontos de energia e a disponibilização das áreas públicas onde os cenários serão instalados.

4.5. A solução como um todo busca assegurar:

- a) padrão estético elevado e coerente com a identidade cultural local;
- b) segurança das estruturas temporárias e instalações elétricas;
- c) eficiência e economicidade, por meio da contratação de solução cenográfica completa em um único contrato; e
- d) facilidade de gestão e fiscalização pela Administração, que lidará com um único responsável pela concepção e execução de toda a ambientação.

4.6. O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações, previstas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.7. O objeto deverá ser fornecido nos prazos e condições estabelecidos, bem como, em conformidade com os aspectos qualitativos, estabelecidos no edital e anexos.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

5.1. A contratada obriga-se a:

5.1.1. Executar todos os serviços de concepção, produção, fornecimento, transporte, montagem, manutenção operacional, desmontagem e retirada da ambientação cenográfica junina, em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com o cronograma aprovado e com sua proposta vencedora.

5.1.2. Fornecer todos os materiais, estruturas, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários para a perfeita execução do objeto, assumindo como **exclusivos seus** os riscos, custos e despesas decorrentes da boa e regular



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

prestação dos serviços, inclusive seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

5.1.3. Utilizar materiais de qualidade, adequados para uso externo, resistentes às intempéries (chuva, vento, insolação) e devidamente ancorados/fixados, garantindo a estabilidade e a segurança das estruturas temporárias durante todo o período de realização do evento.

5.1.4. Montar, instalar, testar, manter em perfeito funcionamento e, ao final, desmontar e retirar todos os elementos cenográficos (pórtico, casas, painéis, luminárias, fogueira, fachada, escultura, casa-palco, cordões de luz, bandeiras e demais itens), dentro dos prazos fixados pela Administração, zelando pela integridade dos espaços públicos utilizados.

5.1.5. Manter equipe técnica própria, qualificada e em número suficiente (montadores, cenógrafos, eletricitas, auxiliares), dotada dos equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, responsabilizando-se integralmente pela segurança de seus empregados e prepostos.

5.1.6. Observar e cumprir todas as normas de segurança aplicáveis às estruturas temporárias e instalações elétricas, inclusive exigências do Corpo de Bombeiros e dos órgãos municipais competentes, atendendo de imediato às orientações da fiscalização quanto a ajustes de segurança.

5.1.7. Responder por quaisquer danos materiais causados a bens públicos ou de terceiros e por danos pessoais eventualmente decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou subcontratados, devendo reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o que for danificado.

5.1.8. Manter representante ou preposto devidamente autorizado e presente durante as principais etapas de montagem, realização do evento e desmontagem, com poderes para decidir e ajustar providências imediatas em conjunto com a fiscalização da Administração.

5.1.9. Atender prontamente às determinações da fiscalização, realizando correções, substituições ou reforços que se fizerem necessários, em prazo compatível com a urgência e com a continuidade do evento.

5.1.10. Recolher e destinar adequadamente todos os resíduos gerados pela montagem e desmontagem da cenografia, apresentando, quando solicitado, evidências de descarte ambientalmente adequado, em observância às normas de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

5.2. Constituem obrigações da contratante:

5.2.1. Fornecer à contratada, com a antecedência necessária, as informações sobre o evento, tais como locais exatos de instalação, datas de início e término, programação prevista e eventuais restrições de acesso ou de horário, bem como o cronograma oficial de montagem e desmontagem.

5.2.2. Disponibilizar o acesso aos espaços públicos onde serão instalados os elementos cenográficos, garantindo condições mínimas de segurança, iluminação e circulação para as equipes da contratada durante as etapas de montagem, manutenção e desmontagem.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

5.2.3. Disponibilizar os pontos de energia elétrica necessários ao funcionamento da iluminação cenográfica, conforme previamente acordado com a contratada, bem como informar sobre limitações de carga e horários de acionamento.

5.2.4. Designar formalmente gestor(es) e fiscal(is) do contrato, responsáveis por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrar ocorrências, atestar as medições e solicitar correções e adequações que se fizerem necessárias.

5.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, exigindo a correção de falhas, vícios ou desconformidades verificadas na execução, inclusive por meio de notificações formais, se necessário.

5.2.6. Receber os serviços e atestar a execução das etapas, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, verificando a conformidade com as especificações e registrando eventuais ressalvas.

5.2.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma e prazos previstos no contrato, condicionados ao efetivo cumprimento das obrigações e ao atesto da fiscalização, observadas as retenções legais cabíveis.

5.2.8. Adotar as medidas necessárias para garantir a segurança geral do evento (apoio de guarda municipal, ordenamento de trânsito, controle de público, entre outras), sem prejuízo das responsabilidades específicas da contratada pela segurança das estruturas cenográficas.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato decorrente desta licitação será executado em **regime de empreitada por preço global**, abrangendo todos os serviços e fornecimentos necessários à concepção, produção, transporte, montagem, manutenção operacional, desmontagem e retirada da ambientação cenográfica junina descrita neste Termo de Referência, observado o valor global contratado e o cronograma físico de execução.

6.2. O pagamento estará vinculado à conclusão das etapas previstas no cronograma e ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, de acordo com os critérios de medição e pagamento a serem definidos em item próprio, vedado o ajuste de valores por variações de pequenos quantitativos que não alterem o resultado global da solução cenográfica contratada.

6.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **fiscal(is) e gestor(es) de contrato** designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhes verificar a conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas, prazos e demais condições pactuadas.[\[gov\]](#)

6.4. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Administração Pública formalmente designado por portaria de autoridade competente, nos termos do Art. 117 da Lei Federal no 14.133/2021, o qual competirá registrar as ocorrências, determinar a correção de falhas técnicas nas cadeiras e compressores e certificar as ordens de serviço executadas pela CONTRATADA.

6.5. Requisitos de Habilitação Técnica



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

6.5.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (ACT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou objetos de natureza e complexidade semelhantes aos lotes pretendidos.

6.6. Da Subcontratação

6.6.1. Considerando a natureza integrada dos serviços de ambientação cenográfica junina – que envolvem concepção artística, fabricação de estruturas, pintura, montagem, instalações elétricas e desmontagem –, entende-se que a **responsabilidade técnica e gerencial principal** deve permanecer concentrada na empresa contratada, a fim de garantir padronização estética, coordenação operacional e clara atribuição de responsabilidades perante o Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE.

6.6.2. Nesse contexto, admite-se, a **subcontratação parcial de atividades acessórias ou complementares**, nos limites a serem estabelecidos no edital e no contrato, desde que: (i) não recaia sobre o objeto principal da contratação (conceito cenográfico e coordenação geral da ambientação); (ii) seja previamente autorizada pela Administração; e (iii) não ultrapasse o percentual máximo permitido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas normas internas do Município.

6.7. Garantia da contratação

6.7.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a prestação de garantia contratual é faculdade da Administração, a ser avaliada na fase de planejamento, devendo ser exigida apenas quando a complexidade do objeto e o risco de inadimplemento possam acarretar prejuízos relevantes ao interesse público.

6.7.2. No caso em análise, a contratação visa à execução de serviços de ambientação cenográfica junina em Santa Cruz da Baixa Verde/PE, com montagem temporária, utilização em período determinado e posterior desmontagem, sob regime de pagamento vinculado à efetiva prestação do serviço e ao recebimento pela Administração. Trata-se de objeto de complexidade técnica moderada, com prazo relativamente curto de execução e sem geração de obrigações de longo prazo após o encerramento do evento.

6.7.3. Os riscos identificados de inadimplemento podem ser adequadamente mitigados por meio de: (i) definição clara das obrigações no Termo de Referência; (ii) fiscalização próxima da execução; (iii) condicionamento dos pagamentos ao recebimento dos serviços; e (iv) aplicação do regime de sanções administrativas previsto na Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento (advertência, multa, impedimento de licitar, entre outras). Nessas condições, não se evidenciam riscos consideráveis que justifiquem a imposição de garantia contratual, conforme precedentes de justificativas adotadas por outros órgãos públicos.

6.7.4. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, sobretudo para empresas de menor porte e de atuação regional no segmento de cenografia e eventos, o que contraria o objetivo de ampliar a participação de potenciais interessados e obter proposta mais vantajosa para a Administração. À vista disso, conclui-se, de forma motivada, que não será exigida garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da exigência das garantias legais inerentes ao próprio contrato e da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Após a emissão da nota de empenho fica(m) o(s) servidor(es) responsável(is) pelo gerenciamento do saldo até o esgotamento do mesmo.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato dar-se-á de forma indireta, por fornecimento de bens, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante a entrega parcelada ou integral dos itens contratados, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Formoso/PE, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato

7.6. Em estrita observância ao Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto dar-se-á:

7.6.1. Recebimento Provisório: realizado pelo fiscal técnico do contrato, no ato da entrega, para verificação quantitativa e visual dos bens;

7.6.2. Recebimento Definitivo: realizado pelo gestor do contrato, após a verificação da conformidade técnica com as especificações do Termo de Referência, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório.

7.7. Constatadas irregularidades, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição no prazo máximo de XX (__) dias corridos, sem ônus adicional para a Administração.

8. DO MODELO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Da Fiscalização

8.1.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão realizadas por representantes da Administração especialmente designados, conforme as funções estabelecidas no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Da Fiscalização Técnica

8.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

8.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.3. Da Fiscalização Administrativa

8.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.4. Do Gestor do Contrato

8.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.5. Em caso de inadimplemento total ou parcial, o Gestor do Contrato deverá instaurar o processo sancionador previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo o contraditório e a ampla defesa, podendo aplicar:

- a) Advertência;
- b) Multa (conforme percentuais definidos no tópico de Penalidades);
- c) Impedimento de licitar e contratar.

9. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. **Execução Integral:** prestar os serviços em estrita observância ao Termo de Referência e à sua proposta técnica.

9.1.2. Comunicar a CONTRATANTE, de imediato, os motivos que impossibilitem o cumprimento da requisição/ordem de abastecimento, com a devida comprovação.

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, registradas pelo(a) fiscal do contrato.

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

9.1.6. Paralisar, por determinação do(a) CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.1.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

9.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Das Responsabilidades da CONTRATANTE

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos.

9.2.2. Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato para acompanhar e atestar a execução dos serviços.

9.2.3. Garantir as condições ambientais mínimas (instalações elétricas adequadas e segurança física) para a instalação dos equipamentos fornecidos pela contratada.

9.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos acordados, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal técnico.

9.2.5. Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer irregularidade, falha ou descumprimento verificado na execução do contrato.

9.2.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação e no Contrato;

9.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.2.8. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CRITÉRIOS PAGAMENTO

10.1. O fiscal do contrato, poderá rejeitar a parcela de execução do objeto, no todo ou em partes, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2. O pagamento será efetuado em conformidade com os artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, seguindo o rito abaixo:

10.2.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias (Art. 92, § 2º, inciso V), contados a partir do Recebimento Definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pela fiscalização.

10.2.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada fonte de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada das provas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de retenção do pagamento até a regularização, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.2.4. Em caso de divergência sobre parte da fatura, a Administração deverá realizar o pagamento da parcela incontroversa no prazo regulamentar, para evitar o enriquecimento sem causa do ente público, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1.508/2020 - Plenário) e Art. 143 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

10.3. Caso ocorra atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo índice IPCA, desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo desembolso, em conformidade com o Art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Modalidade e Critério de Julgamento

11.1.1. **Modalidade:** Dispensa, na forma eletrônica, em conformidade com o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns de tecnologia da informação.

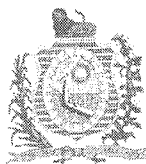
11.1.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, sob o regime de execução por Preço Unitário (Por Lote).

11.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

- I. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:
 - II. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
 - III. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
 - IV. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do TJPE.
 - V. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
 - a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 11.2.6. A exigência dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1,00 (um) fundamenta-se na necessidade de garantir que a contratada possua situação financeira equilibrada.
- a) O índice 1,00 representa o ponto de equilíbrio onde os ativos se equivalem aos passivos.
 - b) Valores inferiores a este patamar sinalizam um patrimônio líquido comprometido ou insuficiência de recursos para honrar compromissos de curto e longo prazo, o que elevaria o risco de inadimplência contratual, atrasos em pagamentos de encargos trabalhistas e eventual abandono do objeto, em prejuízo ao interesse público e à continuidade dos serviços essenciais desta Administração.
- 11.2.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.2.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

11.2.9. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

11.2.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.2.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.2.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, objeto compatível com a presente contratação.

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.2.13. Critérios de Desempate

a) Empresa que apresente desenvolvimento de tecnologia nacional;

b) Empresa que comprove práticas de mitigação de danos ambientais (Sustentabilidade);

c) Empresa que comprove políticas de equidade e inclusão no ambiente de trabalho.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1.A estimativa do valor da contratação foi obtida mediante a utilização de parâmetros combinados, priorizando-se fontes de dados públicos para garantir a economicidade e evitar sobrepreços, conforme a seguinte ordem de prioridade (Art. 23, § 1º da Lei 14.133/2021):

12.1.1. Painel de Preços e PNCP: Consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal), com adjudicação nos últimos 12 (doze) meses.

12.1.2. Contratações Correlatas (TCE/PE): Análise de contratos vigentes em municípios de porte semelhante no Estado de Pernambuco, observando-se a realidade regional e os custos logísticos.

12.1.3. Sistema Banco de Preços, disponível em <
<https://www.bancodeprecos.com.br/>>

12.2. Para a definição do preço estimado, a Administração adotará o método da Média ou Mediana dos valores obtidos, após o devido "Saneamento de Preços":



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

12.2.1. Serão desconsiderados os preços excessivamente baixos (inexequíveis) ou injustificadamente elevados (acima da média de mercado), conforme recomendação do TCE/PE, para não distorcer a estimativa real.

12.2.2. A pesquisa será considerada válida quando apresentar homogeneidade, evitando-se a aceitação de orçamentos com dispersão superior a 25% entre si sem a devida justificativa técnica.

12.3. Planilha Estimativa de Custos

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOAL
1	Pórtico de entrada temático junino 'Vila São João', confeccionado em estrutura metálica e/ou madeira reforçada, revestido com chapas, compensado, MDF ou material equivalente, contendo duas laterais simulando fachadas de casas nordestinas medindo aproximadamente 3,00 m de altura por 1,20 m de largura cada, arco superior medindo aproximadamente 5,60 m de largura total, acabamento artístico com pintura temática junina, aplicação de letreiro 'Vila São João', incluindo transporte, montagem, fixação e desmontagem.	Und	1	1.583,33	1.583,33
2	Casas cenográficas decorativas para vila junina, medindo aproximadamente 2,20 m de largura por 3,00 m de altura, com pintura artística temática, acabamento colorido e elementos decorativos característicos de festas juninas, incluindo montagem e desmontagem.	Und	6	11.610,79	69.664,74
3	Painel cenográfico tridimensional tipo sanfona gigante, reproduzindo instrumento musical. Estrutura confeccionada conforme dimensões de croqui técnico: 6,00 m de comprimento, altura variando entre 2,20 m e 3,50 m, e profundidade lateral de 2,50 m. Acabamento reforçado com pintura artística temática e estruturação autoportante, incluindo montagem e desmontagem.	Und	1	3.189,62	3.189,62
4	Luminária cenográfica temática junina iluminada de chão, medindo entre 2,00 m e 2,50 m de altura total, 0,60 m de largura de base, estrutura inferior retangular e cúpula com até 1,85 m de diâmetro. Contém iluminação interna em LED e acabamento decorativo.	Und	10	383,89	3.838,90
5	Boneco cenográfico temático junino, representando personagens típicos juninos, medindo aproximadamente 1,95 m de altura por 1,39 m de largura, com pintura artística e acabamento resistente.	Und	2	1.106,00	2.212,00
6	Poço cenográfico decorativo temático, medindo 2,00 m de altura, com acabamento artístico e pintura temática junina.	Und	1	1.096,50	1.096,50
7	Banco do namoro cenográfico, medindo 2,60 m de largura por 2,50 m de altura, com elementos decorativos temáticos juninos.	Und	1	1.042,54	1.042,54
8	Oratório cenográfico temático com três santos, medindo 5,60 m de largura por 2,20 m de altura, contendo nichos decorativos e acabamento artístico.	Und	1	1.359,73	1.359,73
9	Fogueira cenográfica iluminada com efeito de chama, medindo 4,00 m de altura por 2,00 m de largura, contendo sistema de iluminação LED com efeito visual de fogo.	Und	1	1.327,00	1.327,00



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

10	Cordão de iluminação decorativa para ambientação junina, composto por 120 lâmpadas de LED, incluindo instalação completa.	Conj.	1	437,47	437,47
11	Bandeirolas decorativas para ornamentação junina, confeccionadas em material resistente, incluindo fornecimento, instalação e retirada.	M²/Conj.	100	16,02	1.602,00
12	Ambientação cenográfica complementar da Vila Junina, composta por elementos decorativos, acabamento, revestimentos, pintura artística e integração dos cenários instalados.	Serviço	1	5.163,45	5.163,45
13	Fachada cenográfica simulando Igreja Matriz, confeccionada em estrutura rígida (madeira, MDF ou equivalente), com base autoportante. Estrutura contendo torre central, porta com arco em relevo, janelas circulares/retangulares e telhado cenográfico. Acabamento em pintura artística com delineamento de bordas (padrão branco e azul), incluindo iluminação cênica de destaque, transporte, montagem e fixação.	Und	1	2.010,33	2.010,33
14	Escultura cenográfica luminosa representando casal de personagens juninos dançando, confeccionada em estrutura metálica aramada modelada. Peça integralmente contornada e preenchida por mangueiras e/ou fitas de LED de alta luminosidade em cores variadas, adequadas para uso externo (IP65 ou superior), incluindo suportes de fixação no solo e cabeamento elétrico.	Conj.	1	2.732,81	2.732,81
15	Casa palco cenográfica, estruturada com dimensões de 4,00 m de largura por 4,00 m de profundidade, altura lateral de 2,50 m e pé-direito central (cumeeira) de 3,00 m. Revestimento externo integral em tecido com padronagem temática junina (chita ou similar), incluindo estrutura de suporte, montagem, fixação e desmontagem.	Und	1	5.423,04	5.423,04
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO					102.683,46

12.4.O custo estimado total da contratação é de **R\$ 102.683,46 (Cento e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12.5.Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)

12.5.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea "d").

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1.As despesas para aquisição dos materiais decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Disposições Gerais

14.1.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, ou a execução em desacordo com as especificações técnicas, sujeitará a empresa às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Tipos de Sanções

14.2.1. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- a) **Advertência:** Para faltas leves que não comprometam a prestação do serviço.
- b) **Multa:** Aplicada por atrasos ou descumprimentos de SLAs (conforme detalhado abaixo).
- c) Impedimento de Licitar e Contratar: Por prazo de até 3 (três) anos.
- d) **Declaração de Inidoneidade:** Por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

14.3. Detalhamento das Multas por Riscos Concretizados

14.3.1. As multas serão calculadas sobre o valor mensal do contrato ou sobre o valor do item inadimplido, conforme a gravidade do risco concretizado por culpa da empresa:

Infração	Descrição da Ocorrência	Multa Aplicável	Critério de Aplicação
Atraso na entrega	Atraso injustificado na execução de serviços após o prazo contratual	0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da parcela em atraso	Incide a partir do 1º dia de atraso
Entrega em desacordo	Execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas	5% do valor do item recusado	Por ocorrência
Não substituição de item recusado	Não substituição do item rejeitado dentro do prazo	10% do valor do item não substituído	Por item não substituído
Descumprimento contratual parcial	Inexecução parcial das obrigações contratuais	5% do valor da parcela inadimplida	Por ocorrência
Inexecução total do contrato	Não execução ou abandono da execução	20% do valor total do contrato	Por ocorrência
Recusa em assinar o contrato/Ata	Recusa injustificada do adjudicatário em formalizar o ajuste	10% do valor estimado da contratação	Aplicável antes da assinatura
Dano ao patrimônio público	Danos causados durante transporte, entrega ou instalação	Multa de até 10% do valor do dano causado	Sem prejuízo da reparação integral

14.4. Na aplicação das penalidades e definição do percentual da multa, a Administração considerará:

- 14.4.1. A gravidade da infração;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz
Baixa Verde– PE

14.4.2. O grau de prejuízo causado ao serviço público;

14.4.3. A reincidência;

14.4.4. A conduta da contratada (dolo ou culpa);

14.4.5. A capacidade de correção da falha sem prejuízo à continuidade do serviço público.

14.5. A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. As multas poderão ser:

14.6.1. Descontadas dos pagamentos devidos à contratada;

14.6.2. Compensadas com eventuais créditos; ou

14.6.3. Cobradas judicialmente, quando necessário.

14.7. A aplicação de multa não impede a aplicação concomitante de outras penalidades previstas em lei e no contrato.

14.8. Na hipótese de reincidência específica no prazo de 12 (doze) meses, as multas poderão ser aplicadas em dobro, observado o limite legal, sem prejuízo da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta.

14.9. O descumprimento reiterado das obrigações contratuais, especialmente atrasos injustificados, fornecimento de bens em desacordo com as especificações ou a não substituição de itens rejeitados, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis e da responsabilização por perdas e danos.

14.10. Reabilitação

14.10.1. A empresa sancionada com impedimento ou inidoneidade poderá requerer a reabilitação após decorrido o prazo mínimo e mediante o ressarcimento integral dos prejuízos causados e o pagamento das multas aplicadas.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, 04 de junho de 2026.

Maria Luíza Diniz Magalhães.
MARIA LUIZA DINIZ MAGALHÃES

Responsável competente
Portaria nº 098/2025